

**RESOLUÇÃO DA CONGREGAÇÃO Nº 07/2007,
DE 22 DE NOVEMBRO DE 2007**

**ESTABELECE NORMAS PARA A CONCESSÃO DE
BOLSAS DE ESTUDO AOS ALUNOS REGULARMENTE
MATRICULADOS E ECONOMICAMENTE CARENTES
DA FACULDADE DE DIREITO DE FRANCA E REVOGA
DISPOSIÇÕES ANTERIORES**

O Diretor da Faculdade de Direito de Franca, Prof. Dr. Euclides Celso Berardo, na qualidade de Presidente da Congregação desta Instituição de Ensino Superior, no uso de suas atribuições e competências regimentais e considerando:

- a responsabilidade social da instituição em desenvolver programas de Bolsas de Estudo para alunos regularmente matriculados, com insuficiência de recursos financeiros próprios ou familiares, e que não recebem outro tipo de ajuda financeira para esta finalidade;
- a previsão orçamentária de recursos financeiros para atendimento ao Programa de Bolsas de Estudo e a devida aprovação da Congregação para a locação dos mesmos;
- o discutido, votado e aprovado em reunião extraordinária da Congregação, realizada em 22 de novembro de 2007;
- a necessidade de adoção de critérios objetivos para a aferição da carência de ordem sócio-econômica dos postulantes ao benefício, resolve:

**CAPÍTULO I
DO PROGRAMA DE BOLSA DE ESTUDO**

Art. 1º O Programa de Bolsas de Estudo instituído por deliberação da Congregação da Faculdade de Direito de Franca passa a ser regulamentado pelos termos da presente Resolução.

Art. 2º O objetivo do Programa de Bolsas de Estudo da Faculdade de Direito de Franca é conceder bolsas para alunos regularmente matriculados e carentes de recursos financeiros próprios ou familiares que não são beneficiados por qualquer outro programa de ajuda financeira para a mesma finalidade.

CAPÍTULO II

DA COMISSÃO DE BOLSAS DE ESTUDO

Art. 3º O Programa de Bolsas de Estudo será operacionalizado em todas as suas fases pela Comissão de Bolsas de Estudo designada pelo Diretor e aprovada pelo Conselho Departamental, composta pelos seguintes membros:

I - um docente representante do Departamento de Ciências Fundamentais, indicado pelo seu Chefe;

II – um docente representante do Departamento de Direito Público, indicado pelo seu Chefe;

III – um docente representante do Departamento de Direito Privado, indicado pelo seu Chefe;

IV – um aluno representante do corpo discente indicado pelo Diretório Acadêmico;

V – um funcionário representante do corpo técnico e administrativo da Faculdade de Direito, indicado pelos seus pares;

§ 1º Compete à Comissão de Bolsas de Estudo:

I – planejar, executar e avaliar o processo de inscrição, classificação e atribuição de bolsas de estudos;

II – acompanhar e supervisionar os alunos beneficiários de bolsas de estudo durante o período de concessão;

III – elaborar e divulgar o Edital do Programa de Bolsas de Estudo, os modelos de requerimento e do formulário sócio-econômico a serem preenchidos pelos candidatos ao benefício;

IV – fixar o valor total da Renda Bruta Mensal máxima do requerente e/ou da(s) pessoa(s) da(s) qual (ais) depende;

V – fixar o número de Bolsas de Estudo no valor de trinta por cento, vinte por cento, dez por cento e excepcionalmente de cinquenta por cento, sobre as mensalidades escolares e a quantidade das parcelas da anuidade escolar;

VI – receber os processos, analisar os documentos, deferir ou indeferir os pedidos e publicar a relação dos candidatos classificados;

VII – receber, analisar, manifestar-se conclusivamente e encaminhar os recursos contra o indeferimento de inscrições à Direção da Faculdade, dentro dos prazos previstos nesta Resolução;

VIII – encaminhar o processo administrativo, devidamente instruído à Direção da Faculdade para homologação da classificação final e adoção das providências pertinentes à concessão do benefício e posterior arquivamento no prontuário do postulante.

§ 2º O formulário sócio-econômico deverá conter, além dos dados e documentos de identificação pessoal do candidato, os indicadores utilizados no Índice de Classificação (IC), expressos no art. 5º desta Resolução.

§ 3º As deliberações da Comissão de Bolsas de Estudo deverão ser tomadas sempre por, no mínimo, três de seus membros e serão formalizadas em atas.

CAPÍTULO III DA INSCRIÇÃO

Art. 4º Os postulantes ao benefício deverão inscrever-se na Secretaria da Faculdade, pessoalmente, munidos dos seguintes documentos:

I – formulário que contempla o requerimento, o formulário sócio-econômico e as declarações exigidas pela Comissão de Bolsas de Estudo;

a) de não ser beneficiário de nenhum outro tipo de bolsas de estudo e/ou de qualquer outra forma de financiamento com a mesma finalidade;

b) de não ter sido retido na série que está requerendo o benefício e de não ter sido transferido de outra instituição no mesmo ano em que requerer o benefício;

II – comprovante(s) de Renda Bruta Total Mensal do candidato e/ou da(s) pessoa(s) de seu grupo familiar da(s) qual (ais) depende, de valor igual ou inferior àquele fixado no respectivo Edital;

§ 1º Entende-se por grupo familiar o conjunto de pessoas parentes que compartilham rendimentos comuns (pai, padrasto, mãe, madrasta, cônjuge, companheiro(a), filho(a), enteado(a), irmão(ã), avô(ó).

§ 2º Para o candidato que não possui renda própria, a relação de dependência será comprovada por meio de documentos emitidos ou reconhecidos por órgãos oficiais ou pela fonte pagadora dos rendimentos dos componentes parentes do grupo familiar envolvidos.

CAPÍTULO IV

DA CLASSIFICAÇÃO

Art. 5º Os candidatos serão classificados conforme Índice de Classificação (IC) expresso em pontos, mediante o emprego dos seguintes indicadores:

I – Renda Bruta Mensal per capita do grupo familiar do candidato:

Deverão ser apresentados e informados todos os rendimentos mensais do grupo familiar do candidato e informados os nomes e grau de parentesco dos pertencentes a este grupo familiar. A pontuação resultará da divisão entre os rendimentos e o número de membros do grupo familiar, sendo atribuído:

- a) Renda per capita inferior a R\$ 200,00: dez pontos;
- b) Renda per capita entre R\$ 200,00 e R\$ 300,00: nove pontos;
- c) Renda per capita entre R\$ 300,00 e R\$ 400,00: oito pontos;
- d) Renda per capita entre R\$ 400,00 e R\$ 500,00: sete pontos;
- e) Renda per capita entre R\$ 600,00 e R\$ 700,00: seis pontos;
- f) Renda per capita entre R\$ 800,00 e R\$ 900,00: cinco pontos;
- g) Renda per capita entre R\$ 900,00 e R\$ 1.000,00: quatro pontos;
- h) Renda per capita entre R\$ 1.000,00 e R\$ 1.100,00: três pontos;
- i) Renda per capita entre R\$ 1.100,00 e R\$ 1.200,00: dois pontos;
- j) Renda per capita acima de R\$ 1.300,00: um ponto pontos.

II – Candidato proveniente de outra cidade, mesmo que residindo na cidade de Franca no período de estudos: um ponto;

III – estado de saúde das pessoas do grupo familiar:

a) doença crônica especificada na Portaria MPASIMS Nº 2998, de 23/08/01, ou incapacidade física permanente do candidato: três pontos;

b) doença crônica especificada na Portaria MPASIMS Nº 2998, de 23/08/01, de pessoa do grupo familiar: dois pontos;

IV – demais indicadores diversificados:

a) ensino médio completo em escola da rede pública: um ponto;

b) inexistência de bens imóveis ou móveis em nome do candidato (casa, terreno, veículo automotor, microcomputador, TV a cabo): um décimo para cada bem inexistente;

c) candidato negro ou índio, mediante auto-declaração, sob as penas da lei: um ponto;

d) portador de necessidade especial (deficiência física, visual ou auditiva): um ponto para cada condição (não cumulativa à alínea “a” do item III e alínea “d” do item IV);

e) candidato com dependente(s): um ponto para cada dependente;

f) candidato que presta serviços na Assistência Jurídica da Faculdade de Direito de Franca, se não remunerado: um ponto.

§ 1º No caso de Índice de Classificação (IC) idêntico, o desempate na classificação será obtido utilizando-se a seguinte ordem sucessiva de preferência:

I – melhor média aritmética nas disciplinas cursadas no último bimestre da série em que está matriculado;

II – matrícula em série mais avançada no Curso Superior de Graduação em Direito;

III – maior idade do candidato, considerando dia, mês e ano de nascimento.

§ 2º Compõe-se a Renda Bruta Mensal Familiar, os valores recebidos por todas as pessoas do grupo familiar, incluindo o candidato, a título de salários, vencimentos, soldos, pró-labore, pensões, proventos, benefícios previdenciários, aluguéis, honorários profissionais e, no caso de autônomo ou empresário, aqueles constantes de declaração de rendimento mensal fornecido por Contador contendo o seu número de registro no C.R.C.

§ 3º Quando ocorrer desclassificação ou desistência de um candidato, deverá ser convocado outro aluno, respeitando-se o Índice de Classificação (IC) e as demais exigências do Programa de Bolsas de Estudo.

CAPÍTULO V DO EDITAL

Art. 6º A Comissão de Bolsas de Estudo deverá, antes do início de cada ano letivo, elaborar, publicar e dar publicidade do Edital do Programa de Bolsas de Estudo.

§ 1º O Edital deverá:

I – especificar o número de bolsas de estudo no valor de trinta por cento, vinte por cento, dez por cento e excepcionalmente de cinquenta por cento, incidente sobre as mensalidades escolares, de acordo com a dotação orçamentária anual prevista para essa finalidade;

II – indicar a quantidade de parcelas da anuidade escolar destinada ao Programa de Bolsas de Estudo para o ano letivo correspondente;

III – fixar o valor máximo de Renda Bruta Mensal per capita do grupo familiar do requerente;

IV – estabelecer os requisitos para a inscrição, classificação e atribuição de bolsas de estudos, nos termos desta Resolução;

V – relacionar os documentos necessários à inscrição, classificação e à atribuição de bolsas de estudo aos beneficiários;

VI – estabelecer o cronograma, fixando prazos para inscrição, classificação, análise, recurso, julgamento e publicação do resultado final;

VII – conter os critérios de desempate, fixados pelo § 1º do art. 5º desta Resolução;

VIII – demais informações que a Comissão de Bolsas de Estudo julgar necessárias;

IX – excepcionalmente, a qualquer tempo, a Comissão poderá conceder bolsa em limites e percentuais de acordo com a avaliação da necessidade do requerente e dentro dos limites orçamentários, mediante requerimento endereçado à Comissão.

CAPÍTULO VI

DA ATRIBUIÇÃO DAS BOLSAS DE ESTUDO AOS BENEFICIÁRIOS

Art. 7º Para a atribuição da bolsa de estudo o aluno beneficiário deverá complementar a documentação exigida no ato de inscrição, com xerocópias dos seguintes documentos:

I – comprovação de rendimentos do beneficiário e/ou da(s) pessoa(s) da(s) qual(ais) depende financeiramente, nos termos do § 2º do art. 5º desta Resolução;

II – atestado médico no caso de doença crônica ou invalidez permanente do beneficiário e/ou da(s) pessoa(s) da(s) qual(ais) depende financeiramente;

§ 1º A bolsa de estudo desonera o aluno do pagamento de até dez parcelas da anuidade escolar, a serem distribuídas pela Comissão de Bolsas de Estudo.

§ 3º O benefício não alcança a primeira parcela da anuidade escolar e nem os valores correspondentes a dependências, adaptações e segundas chamadas, exames, recuperação e demais emolumentos escolares.

CAPÍTULO VII

DOS DEVERES DO BOLSISTA

Art. 8º Ao final do período de benefício o aluno deverá apresentar um artigo de sua autoria versando sobre assunto jurídico, seguindo as normas da Revista Eletrônica da Faculdade de Direito de Franca.

Parágrafo único: O não cumprimento do disposto neste artigo até o prazo máximo de 30 (trinta) dias após o final do período de concessão do benefício restringirá o aluno a postular novamente o benefício em futuros editais.

CAPÍTULO VIII

DO ENCERRAMENTO DA BOLSA DE ESTUDO

Art. 9º A bolsa de estudo será encerrada nos seguintes casos:

I – inexistência de matrícula inicial do beneficiário na série cursada no ano letivo considerado no Edital;

II – reprovação em três ou mais disciplinas no ano letivo de concessão do benefício;

III – frequência inferior a setenta e cinco por cento das aulas dadas em um ou mais bimestres referentes ao ano letivo da concessão do benefício, exceto no caso de faltas previstas em lei;

IV – a qualquer tempo, por inidoneidade de documento apresentado, falsidade nas informações prestadas ou omissão de dados que alterem a aferição dos rendimentos declarados;

V – substancial mudança de condição sócio-econômica do bolsista que comprometa a observância dos indicadores elencados no art. 5º desta Resolução;

VI – solicitação do bolsista;

VII – evasão, cancelamento ou trancamento de matrícula e falecimento do bolsista;

§ 1º A bolsa de estudo para determinado período letivo não implica em renovação automática para o próximo período.

§ 2º O bolsista ficará obrigado ao pagamento das parcelas da anuidade escolar de que foi desonerado, se incorrer no inciso IV deste artigo, sem prejuízo das providências regimentais e judiciais cabíveis.

CAPÍTULO IX

DOS PRAZOS E RECURSOS

Art. 10º O postulante à bolsa de estudo terá um prazo de três dias úteis a partir da publicação do indeferimento de sua inscrição para interpor recurso inicial junto à Comissão de Bolsas de Estudo.

Art.11. Os alunos classificados terão um prazo de três dias úteis, a partir da publicação da classificação para interpor recurso inicial junto à Comissão de Bolsas de Estudo.

Parágrafo único. O recurso somente será recebido pela Comissão de Bolsas de Estudo se versar sobre erro material na aferição dos indicadores do recorrente, expressos no art. 5º desta Resolução.

Art. 12 Da decisão da Comissão de Bolsas de Estudo desfavorável ao recorrente, caberá reconsideração ao Conselho Departamental, no prazo de três dias úteis, a partir da data da ciência ao requerente.

Art. 13. Os recursos serão julgados pela Comissão de Bolsas de Estudo e pelo Conselho Departamental, no prazo de cinco dias úteis, contados a partir de seu recebimento.

Parágrafo único. Da decisão do Conselho Departamental não caberá mais recurso na esfera administrativa.

CAPÍTULO X

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 14. A Comissão de Bolsas de Estudo poderá solicitar outros documentos e informações, além daqueles exigidos no Edital, bem como poderá realizar visitas domiciliares para comprovar a veracidade das informações e dos documentos apresentados pelos candidatos.

Parágrafo único. A Comissão poderá solicitar o auxílio e diligências de profissionais da administração direta e indireta do Município, Estado Membro e União Federal para averiguação e obtenção de informações sócio-econômica dos requerentes.

Art. 15. Não será permitida a acumulação de benefícios de que trata esta Resolução com outros concedidos por esta Faculdade de Direito.

Parágrafo único. Verificada a sobreposição de benefícios, a Comissão de Bolsas de Estudo reverterá as parcelas superpostas aos cofres da Faculdade, para posterior utilização no exercício financeiro seguinte.

Art. 16. A Comissão de Bolsas de Estudo se obriga a officiar à contabilidade/tesouraria a prestar contas das dotações orçamentárias para este fim e a distribuição dos recursos através de relatórios publicados no átrio da Faculdade de Direito de Franca e no portal da Internet, ficando facultado a qualquer cidadão ou instituição regularmente constituída impugnar ou questionar a prestação de contas.

Art. 17. Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão de Bolsas de Estudo, com aprovação expressa do Conselho Departamental.

Art. 18. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Quadro de Editais da Faculdade de Direito, ficando revogadas as disposições em contrário, em especial a Resolução da Congregação nº 01/2006, de 16 de maio de 2006.

Franca, 22 de novembro de 2007

Prof. Dr. Euclides Celso Berardo
Diretor e Presidente da Congregação